

## ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i> .....	7
<i>Abreviaturas</i> .....	9
<i>Prefácio</i> .....	37
<i>Nota do Autor</i> .....	41
<b>1. Introdução</b> .....	45
1.1. Conceito de processo penal .....	45
1.2. O processo penal e o direito de punir .....	45
1.3. Conteúdo do processo penal .....	46
<b>2. Jurisdição</b> .....	49
2.1. Interesse, pretensão, conflitos de interesse e litígio .....	49
2.2. Autotutela .....	50
2.3. Autocomposição .....	51
2.4. A intervenção de terceiro, a mediação e o processo .....	51
2.5. Características da jurisdição .....	52
2.5.1. Substitutividade .....	52
2.5.2. Escopo de atuação do direito .....	53
2.5.3. Inércia .....	53
2.5.4. Imutabilidade (ou definitividade) .....	54
2.5.5. Lide .....	54
2.6. Princípios próprios da jurisdição .....	54
2.6.1. Investidura .....	54
2.6.2. Indelegabilidade .....	54
2.6.3. Inevitabilidade .....	55
2.6.4. Inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdicional) .....	55
2.6.5. Juiz natural .....	55
2.7. Finalidades da jurisdição .....	56
2.8. Espécies de jurisdição .....	56
2.9. Jurisdição necessária .....	56
<b>3. Processo</b> .....	58
3.1. Processo, procedimento e relação jurídica processual .....	58
3.2. Elementos identificadores da relação processual .....	59
3.2.1. Sujeitos processuais .....	59
3.2.2. Objeto da relação processual .....	60
3.2.3. Pressupostos processuais .....	60

3.3. Formas do procedimento .....	61
3.4. Princípios gerais informadores do processo .....	64
3.4.1. Imparcialidade do juiz .....	64
3.4.2. Igualdade processual .....	64
3.4.3. Contraditório .....	64
3.4.4. Ampla defesa .....	65
3.4.5. Da ação ou demanda .....	66
3.4.6. Da disponibilidade e da indisponibilidade .....	67
3.4.7. Oficialidade .....	68
3.4.8. Oficiosidade .....	68
3.4.9. Da verdade formal ou dispositivo .....	68
3.4.10. Da verdade material ou da livre investigação das provas ..	68
3.4.11. Do impulso oficial .....	69
3.4.12. Da persuasão racional do juiz .....	69
3.4.13. Da motivação das decisões judiciais .....	69
3.4.14. Publicidade .....	70
3.4.15. Lealdade processual .....	71
3.4.16. Economia processual .....	71
3.4.17. Celeridade processual .....	71
3.4.18. Duplo grau de jurisdição .....	73
3.4.19. Juiz natural .....	73
3.4.20. Promotor natural .....	74
3.5. Pretensão punitiva .....	74
3.6. Princípios informadores do processo penal .....	75
3.6.1. Verdade real .....	75
3.6.2. Legalidade .....	77
3.6.3. Oficialidade .....	78
3.6.4. Oficiosidade .....	78
3.6.5. Autoritariedade .....	78
3.6.6. Indisponibilidade .....	78
3.6.7. Publicidade .....	79
3.6.8. Contraditório .....	79
3.6.9. Iniciativa das partes ( <i>ne procedat iudex ex officio</i> ) .....	80
3.6.10. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i> .....	81
3.6.11. Identidade física do juiz .....	81
3.6.12. Devido processo legal .....	82
3.6.13. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos .....	83
3.6.14. Estado de inocência .....	84
3.6.15. <i>Favor rei</i> .....	84
3.6.16. Brevidade processual .....	84
3.6.17. Promotor natural .....	84
3.7. Tipos de processo penal .....	85
3.7.1. Acusatório .....	85
3.7.2. Inquisitivo .....	85
3.7.3. Misto .....	86
Jurisprudência .....	86

<b>4. Eficácia da lei processual penal no tempo</b> .....	90
Jurisprudência .....	94
<b>5. Eficácia da lei processual penal no espaço</b> .....	95
<b>6. Imunidades</b> .....	97
6.1. Imunidades diplomáticas .....	97
6.2. Imunidades parlamentares .....	97
6.3. Imunidade material .....	98
6.4. Imunidade processual .....	99
6.5. Imunidade prisional .....	101
6.6. Do foro especial por prerrogativa de função .....	101
6.7. Prerrogativa de foro de outras autoridades .....	102
6.8. Imunidade para servir como testemunha .....	103
6.9. Imunidades parlamentares e estado de sítio .....	104
6.10. Vigência e retroatividade da EC n. 35/2001 .....	104
6.11. Imunidade penal temporária do presidente da República .....	104
Jurisprudência .....	104
<b>7. Interpretação da lei processual penal</b> .....	107
7.1. Conceito .....	107
7.2. Espécies .....	107
7.3. Interpretação da norma processual .....	108
7.4. Formas de procedimento interpretativo .....	108
<b>8. Analogia</b> .....	109
8.1. Conceito .....	109
8.2. Fundamento .....	109
8.3. Natureza jurídica .....	109
8.4. Distinção .....	109
8.5. Espécies .....	110
8.6. Norma processual .....	110
Jurisprudência .....	110
<b>9. Fontes do direito processual penal</b> .....	111
9.1. Conceito .....	111
9.2. Espécies .....	111
9.3. Fonte de produção .....	111
9.4. Fonte formal .....	111
9.5. Costume .....	112
9.6. Princípios gerais do direito .....	112
9.7. Lei processual .....	112
<b>10. Inquérito policial</b> .....	113
10.1. Conceito .....	113

10.2. Polícia judiciária .....	113
10.3. Competência e atribuição .....	114
Jurisprudência .....	116
10.4. Finalidade .....	117
10.5. Inquéritos extrapoliciais .....	117
Jurisprudência .....	118
10.6. Características .....	119
10.6.1. Procedimento escrito .....	119
10.6.2. Sigiloso .....	119
10.6.3. Oficialidade .....	121
10.6.4. Oficiosidade .....	121
10.6.5. Autoritariedade .....	121
10.6.6. Indisponibilidade .....	121
10.6.7. Inquisitivo .....	121
Jurisprudência .....	122
10.7. Valor probatório .....	122
Jurisprudência .....	123
10.8. Vícios .....	124
Jurisprudência .....	124
10.9. Juizados especiais (Lei n. 9.099/95) .....	125
10.10. Dispensabilidade .....	125
Jurisprudência .....	125
10.11. Incomunicabilidade .....	126
10.12. <i>Notitia criminis</i> .....	127
10.13. Início do inquérito policial .....	128
10.13.1. Crime de ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º) .....	128
10.13.2. Crime de ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º) .....	129
10.13.3. Crime de ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º) .....	131
10.14. Peças inaugurais do inquérito policial .....	131
Jurisprudência .....	132
10.15. Providências .....	134
10.16. Indiciamento .....	140
10.17. Indiciado menor .....	143
Jurisprudência .....	144
10.18. Encerramento .....	148
10.19. Prazo .....	149
10.20. Prazos especiais .....	151
10.21. Contagem do prazo .....	152
Jurisprudência .....	152
10.22. Arquivamento .....	153

10.23. Investigações criminais presididas diretamente pelo representante do Ministério Público .....	155
Jurisprudência .....	159
<b>11. Ação penal</b> .....	165
11.1. Conceito .....	165
11.2. Características .....	165
11.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro .....	165
11.4. As condições da ação penal .....	167
11.4.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	167
11.4.2. Interesse de agir .....	168
11.4.3. Legitimação para agir .....	168
11.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios .....	169
11.5.1. Titularidade .....	169
11.5.2. Princípio da obrigatoriedade .....	170
11.5.3. Princípio da indisponibilidade .....	171
11.5.4. Princípio da oficialidade .....	172
11.5.5. Princípio da autoritariedade .....	172
11.5.6. Princípio da oficiosidade .....	172
11.5.7. Princípio da indivisibilidade .....	172
11.5.8. Princípio da intranscendência .....	173
11.5.9. Princípio da suficiência da ação penal .....	173
11.6. Ação penal pública condicionada .....	174
11.6.1. Conceito .....	174
11.6.2. Ação penal pública condicionada à representação .....	175
11.6.3. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal .....	175
11.6.4. Natureza jurídica da representação .....	176
11.6.5. Titular do direito de representação .....	177
11.6.6. Prazo .....	178
11.6.7. Forma .....	180
11.6.8. Destinatário .....	181
11.6.9. Irretratibilidade .....	182
11.6.10. Não vinculação .....	182
11.6.11. Ação penal pública condicionada à requisição do ministro da justiça .....	182
11.6.12. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....	184
11.6.12.1. Regra: a ação será pública condicionada a representação do ofendido, incluído o estupro cometido com violência real .....	184
11.6.12.2. Superação da Súmula 608 do STF .....	184
11.6.12.3. Casos excepcionais de ação penal pública incondicionada .....	185

11.6.13. Ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.....	186
Jurisprudência .....	187
11.7. Ação penal privada: conceito, fundamento e princípios .....	190
11.7.1. Conceito .....	190
11.7.2. Fundamento .....	190
11.7.3. Titular .....	191
11.7.4. Princípio da oportunidade ou conveniência .....	192
11.7.5. Princípio da disponibilidade .....	192
11.7.6. Princípio da indivisibilidade .....	193
11.7.7. Princípio da intranscendência .....	193
11.8. Ação penal privada: espécies .....	193
11.8.1. Exclusivamente privada, ou propriamente dita .....	193
11.8.2. Ação privada personalíssima .....	194
11.8.3. Subsidiária da pública .....	194
11.8.4. Ação penal secundária .....	195
11.9. Crimes de ação penal privada no Código Penal .....	196
11.10. Prazo da ação penal privada .....	196
11.11. Distinção entre prazo penal e prazo processual .....	199
Jurisprudência .....	199
11.12. Taxa judiciária na ação penal privada .....	201
<b>12. Denúncia e queixa .....</b>	<b>202</b>
12.1. Conceito .....	202
12.2. Requisitos: art. 41 do Código de Processo Penal .....	202
Jurisprudência .....	207
12.3. Omissões .....	210
12.4. Prazo para a denúncia (CPP, art. 46) .....	211
12.5. Prazo para a queixa (CPP, art. 38) .....	211
12.6. Aditamento da queixa .....	212
12.7. Rejeição da denúncia ou queixa: art. 395 do CPP .....	213
12.7.1. Inépcia da denúncia ou queixa .....	213
12.7.2. Ausência de pressuposto processual .....	213
12.7.3. Ausência de condição para o exercício da ação penal ....	213
12.7.4. Ausência de justa causa para o exercício da ação penal ...	216
12.8. Fundamentação no recebimento .....	216
12.9. Recurso .....	217
12.10. Absolvição sumária .....	217
12.11. Rejeição posterior da denúncia recebida .....	218
Jurisprudência .....	218
<b>13. Ação civil <i>ex delicto</i> .....</b>	<b>222</b>

<b>14. Sujeitos processuais</b> .....	228
14.1. Juiz penal .....	229
14.2. Prerrogativas e vedações .....	230
14.3. Ministério Público .....	232
14.4. Prerrogativas e vedações .....	233
14.5. Princípios – art. 127, § 1º, da Constituição Federal .....	234
14.5.1. Unidade e indivisibilidade .....	234
14.5.2. Independência .....	234
14.5.3. Autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, da CF/88) .....	235
14.6. Querelante .....	235
14.7. Acusado .....	235
14.8. Identificação .....	237
14.9. Presença, direito ao silêncio e revelia .....	238
14.10. Outras garantias fundamentais .....	240
14.11. Defensor .....	241
14.12. Defensor constituído .....	244
14.13. Defensor dativo .....	244
14.14. Curador .....	246
14.15. Assistente .....	247
14.16. Ministério Público e ação penal privada .....	248
14.17. Funções do assistente: natureza jurídica .....	251
14.18. Admissão .....	253
14.19. Atividades do assistente .....	255
14.20. Prazo para interpor recurso .....	259
Jurisprudência .....	261
<b>15. Competência</b> .....	263
15.1. Conceito de jurisdição .....	263
15.2. Origem etimológica da palavra jurisdição .....	263
15.3. Princípios da jurisdição .....	264
15.4. Características da jurisdição .....	264
15.5. Competência .....	264
15.6. Conceito de competência .....	265
15.7. Espécies de competência .....	265
15.8. Como saber qual o juízo competente? .....	266
15.9. Outros critérios para se saber qual o juiz competente .....	283
15.10. Diferença entre competência material e competência funcional .....	284
15.11. Competência absoluta e relativa .....	284
15.12. Prorrogação de competência necessária e voluntária .....	285
15.13. Delegação de competência .....	285
15.14. Competência <i>ratione materiae</i> na Constituição Federal .....	286

15.15. Competência pelo lugar da infração: teoria adotada e regras especiais .....	286
15.16. Competência pelo domicílio ou residência do réu .....	288
15.17. Competência pela natureza da infração .....	289
15.17.1. Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência (EC n. 45/2004) .....	293
15.17.2. Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar genocídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agressão (EC n. 45/2004) .....	294
15.18. Competência por distribuição .....	295
15.19. Competência por conexão .....	296
15.19.1. Espécies de conexão .....	296
15.20. Competência por continência .....	297
15.21. Foro prevalente .....	298
15.22. Separação de processos .....	299
15.23. Competência por prevenção .....	301
15.24. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> .....	301
Jurisprudência .....	302
<b>16. Prisão</b> .....	<b>310</b>
16.1. Introdução: novas regras da Lei n. 12.403/2011 .....	310
16.1.1. Finalidade das novas regras da prisão provisória .....	310
16.1.2. Prisão provisória: imprescindibilidade .....	310
16.1.3. Hipóteses de prisão provisória: ser preso e permanecer preso .....	311
16.1.4. Caráter excepcional da prisão preventiva: restrição de hipóteses para seu cabimento e natureza subsidiária como providência cautelar .....	311
16.1.5. Revisão obrigatória de todos os casos de prisão provisória .....	312
16.1.6. Modificações operadas no instituto da fiança .....	312
16.1.7. Aplicação da lei processual penal no tempo .....	312
16.2. Conceito .....	313
16.3. Espécies de prisão .....	313
16.4. Mandado de prisão .....	317
16.5. Prisão em domicílio .....	318
16.6. Prisão em perseguição .....	319
16.7. Prisão fora do território do juiz .....	319
16.8. Custódia .....	320
16.9. Uso de algemas .....	320
16.10. Prisão especial .....	325
16.11. Prisão provisória domiciliar .....	326



16.12. Prisão em flagrante .....	326
16.12.1. Espécies de flagrante .....	327
16.12.2. Flagrante nas várias espécies de crimes .....	330
16.12.3. Sujeitos do flagrante .....	331
16.12.4. Auto de prisão em flagrante .....	333
16.12.5. Modificações operadas pela Lei n. 12.403/2011: reflexos na prisão em flagrante .....	338
16.12.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela própria autoridade policial .....	339
16.12.7. Prisão em flagrante por apresentação espontânea .....	340
16.13. Prisão preventiva .....	340
16.13.1. Conceito .....	340
16.13.2. Natureza .....	341
16.13.3. Presunção da inocência e prisão cautelar .....	341
16.13.4. Pressupostos para a prisão preventiva: <i>fumus boni iuris</i> .....	342
16.13.5. Requisitos para a prisão preventiva: <i>periculum in mora</i> .....	342
16.13.6. Hipóteses de cabimento da prisão preventiva .....	344
16.13.7. Momento para a decretação da prisão preventiva .....	345
16.13.8. Recurso contra a decisão que decretar a prisão preventiva .....	345
16.13.9. Modalidades de prisão preventiva: autônoma; transformada ou convertida; e substitutiva ou subsidiária .....	345
16.13.10. Prisão preventiva domiciliar .....	348
16.13.11. Prisão preventiva, medidas cautelares e detração penal .....	349
16.13.12. Prazo para conclusão do inquérito policial no caso de indiciado preso .....	350
16.13.12.1. Termo inicial do prazo na hipótese de conversão do flagrante em preventiva .....	351
16.13.13. Conversão do flagrante em prisão preventiva, sem oferecimento da denúncia: possibilidade .....	351
16.13.14. Fundamentação .....	352
16.13.15. Revogação .....	353
16.13.16. Momentos processuais em que a prisão preventiva deverá ser necessariamente revista .....	353
16.14. Prisão temporária .....	353
16.15. Medidas cautelares .....	356
16.15.1. Pressupostos constitucionais: necessidade e adequação .....	356
16.15.2. Caráter subsidiário da preventiva: preponderância das medidas cautelares alternativas .....	357
16.15.3. Rol de medidas cautelares .....	357
16.15.4. Necessidade e adequação para as medidas cautelares alternativas .....	358

16.15.5. Ressalvas legais .....	359
16.15.6. Decretação das medidas cautelares.....	359
16.15.7. Contraditório.....	360
16.15.8. Descumprimento das obrigações impostas: prisão preventiva é a <i>ultima ratio</i> .....	360
16.16. Liberdade provisória .....	361
16.16.1. Conceito.....	361
16.16.2. Espécies .....	361
16.16.3. Liberdade provisória sem a necessidade de recolhimento de fiança.....	362
16.16.4. Competência para a concessão .....	363
16.16.5. Recurso .....	363
16.16.6. Liberdade provisória com fiança .....	363
16.16.6.1. A liberdade provisória como regra .....	363
16.16.6.2. Conceito de fiança criminal .....	363
16.16.6.3. Natureza cautelar.....	363
16.16.6.4. Momento para concessão de fiança .....	364
16.16.6.5. Modalidades de fiança.....	364
16.16.6.6. Arbitramento da fiança: critérios para a concessão.....	364
16.16.6.7. Dispensa do pagamento em razão da situação econômica .....	365
16.16.6.8. Reforço da fiança .....	365
16.16.6.9. Obrigações processuais decorrentes da fiança ..	365
16.16.6.10. Momento e competência para a sua concessão	365
16.16.6.11. Prática de mais de um crime passível de fiança.	366
16.16.6.12. Delito afiançável e existência de motivo para decretação da prisão preventiva.....	366
16.16.6.13. Quebramento da fiança.....	366
16.16.6.13.1. Efeitos do quebramento da fiança .....	366
16.16.6.14. Perdimento da fiança .....	367
16.16.6.15. Cassação da fiança.....	367
16.16.6.16. Infrações inafiançáveis .....	367
Jurisprudência .....	368
<b>17. Prova .....</b>	<b>372</b>
17.1. Conceito e objetivo .....	372
17.2. Objeto .....	372
17.2.1. Fatos que independem de prova .....	373
17.2.2. Fatos que dependem de prova .....	374
17.2.3. Prova do direito .....	374
17.3. Prova proibida .....	374
17.3.1. Conceito .....	374

17.3.2. Provas ilícitas por derivação e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” ( <i>fruits of the poisonous tree</i> ). Princípio da proporcionalidade .....	376
17.3.3. Provas ilícitas e a Lei n. 11.690/2008 .....	383
17.3.4. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicação por carta e telegráfica .....	386
17.3.5. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas .....	387
17.3.6. Inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas. Interceptação. Requisitos legais constantes da Lei n. 9.296/96 .....	397
17.3.7. Provas ilícitas e a quebra do sigilo bancário e fiscal .....	404
17.4. Classificação das provas .....	407
17.5. Meios de prova .....	408
17.6. Ônus da prova .....	409
17.6.1. Procedimento probatório .....	411
17.6.2. Prova emprestada .....	412
17.6.3. O alibi .....	412
17.7. Sistemas de apreciação .....	412
17.8. Princípios gerais das provas .....	414
17.9. A providência cautelar da busca e apreensão .....	414
17.9.1. Natureza jurídica .....	415
17.9.2. Objeto .....	415
17.9.3. Busca em repartição pública .....	416
17.9.4. Busca domiciliar .....	416
17.9.4.1. Restrição .....	417
17.9.4.2. Horário .....	417
17.9.4.3. Requisitos .....	418
17.9.5. Busca pessoal .....	418
17.9.5.1. Requisitos .....	418
17.9.5.2. Restrições .....	418
17.9.6. Da apreensão .....	418
17.10. Das perícias .....	418
17.10.1. Conceito .....	418
17.10.1.1. Natureza jurídica .....	419
17.10.1.2. Requisitos .....	419
17.10.1.3. Determinação das perícias .....	420
17.10.1.4. Espécies de perícias .....	420
17.10.1.5. Do procedimento da perícia .....	421
17.10.1.6. Laudo pericial .....	422
17.10.2. Do exame de corpo de delito .....	422
17.10.2.1. Conceito .....	422

17.10.2.2.	Distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito .....	422
17.10.2.3.	Distinção entre exame de corpo de delito direto e indireto .....	423
17.10.2.4.	Indispensabilidade do exame de corpo de delito .....	423
17.10.2.5.	Impossibilidade do exame de corpo de delito direto em infração que deixa vestígio .....	423
17.10.2.6.	Espécies .....	424
17.10.3.	Perito .....	424
17.10.3.1.	Conceito .....	424
17.10.3.2.	Espécies .....	424
17.10.3.3.	Impedimentos .....	424
17.10.4.	Perícia psiquiátrica .....	425
17.10.5.	Questões polêmicas .....	425
17.11.	Interrogatório .....	427
17.11.1.	Conceito .....	427
17.11.2.	Natureza .....	427
17.11.3.	Alterações promovidas pela Lei n. 11.719/2008 .....	429
17.11.4.	Características .....	431
17.11.5.	Ausência de interrogatório no curso da ação .....	434
17.11.6.	Provimento CXCI (1984) do Conselho Superior da Magistratura de São Paulo e o princípio da identidade física do juiz .....	434
17.11.7.	Interrogatório por videoconferência .....	436
17.11.8.	Silêncio e mentira do réu .....	441
17.11.9.	Espécies de interrogatório .....	442
17.11.10.	Revel .....	442
17.11.11.	O conteúdo do interrogatório .....	442
17.11.12.	Interrogatório do réu menor .....	444
17.12.	Confissão. Conceito. Fatores determinantes .....	444
17.12.1.	Espécies de confissão .....	445
17.12.2.	Valor probante da confissão .....	445
17.12.3.	Características da confissão (CPP, art. 200) .....	446
17.12.4.	Confissão ficta .....	446
17.12.5.	Delação .....	447
Jurisprudência	.....	447
17.13.	Prova testemunhal ou testemunha .....	448
17.13.1.	Conceito .....	448
17.13.2.	Características da prova testemunhal .....	448
17.13.3.	Características das testemunhas .....	449
17.13.4.	Dispensas e proibições .....	450



17.16.14. Força probante do telegrama, radiograma e outros meios de transmissão .....	474
17.16.15. Força probante das reproduções mecânicas .....	474
17.16.16. Força probante dos documentos não assinados .....	475
17.16.17. Originais e cópias .....	475
17.16.18. Admissão de documento .....	476
17.16.19. Desentranhamento de documentos .....	476
17.16.20. Vícios dos documentos .....	477
17.16.21. Falsidade e incidente .....	477
17.17. Indícios e presunções .....	478
17.17.1. Definições .....	478
17.17.2. Natureza jurídica .....	478
17.17.3. Valor probante .....	478
17.18. Prova de fora da terra .....	479
17.19. Prova antecipada .....	479
17.20. Prova emprestada .....	479
17.21. Delação. Definição, natureza e valor .....	480
Jurisprudência .....	482
<b>18. Das questões e processos incidentes .....</b>	<b>485</b>
18.1. Compreensão do tema .....	485
18.1.1. Definição de prejudicialidade .....	486
18.1.2. Elementos essenciais da prejudicialidade .....	486
18.1.3. Classificação .....	486
18.1.4. Sistemas de solução .....	488
18.1.5. Prejudicial e prescrição .....	489
18.1.6. Efeito .....	489
18.1.7. Recurso contra despacho que suspende a ação .....	489
18.1.8. Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar ...	490
18.2. As exceções .....	490
18.2.1. Conceito .....	490
18.2.2. Compreensão do tema .....	490
18.2.3. Espécies .....	491
18.2.4. Classificação tradicional .....	491
18.2.5. Suspeição .....	492
18.2.5.1. Processamento .....	493
18.2.5.2. Requisitos da exceção .....	494
18.2.5.3. Procedimento perante o juiz suspeito .....	494
18.2.5.4. Procedimento perante o tribunal .....	495
18.2.5.5. Contra quem pode ser alegada a suspeição? .....	495
18.2.5.6. Cabe exceção de suspeição contra autoridades policiais? .....	496
18.2.5.7. Efeitos da suspeição .....	496

18.2.5.8. Existe recurso contra reconhecimento espontâneo de suspeição? .....	496
18.2.6. Incompetência de juízo. Procedimento .....	496
18.2.7. Litispendência .....	498
18.2.7.1. Elementos que identificam a demanda, impedindo a litispêndência .....	498
18.2.7.2. Recursos .....	498
18.2.8. Ilegitimidade de parte .....	499
18.2.8.1. Ilegitimidade <i>ad processum</i> ou <i>ad causam</i> .....	499
18.2.8.2. Efeitos do reconhecimento .....	499
18.2.8.3. Recursos .....	500
18.2.8.4. Procedimento .....	500
18.2.9. Coisa julgada .....	500
18.2.9.1. Distinção entre coisa julgada formal e coisa julgada material .....	500
18.2.9.2. História .....	500
18.2.9.3. Teorias .....	501
18.2.9.4. Função .....	503
18.2.9.5. Natureza jurídica .....	503
18.2.9.6. Cabimento da exceção de coisa julgada .....	503
18.2.9.7. Rito .....	504
18.2.9.8. Fases .....	504
18.2.9.9. A coisa julgada no crime continuado e no curso de agentes .....	505
18.2.10. Impedimentos do Ministério Público e órgãos auxiliares...	505
18.2.11. Conflito de jurisdição .....	505
18.2.11.1. Conceito e espécies .....	505
18.2.11.2. Conflito de atribuições .....	506
18.2.11.3. Processamento .....	507
18.2.11.4. Competência para julgar .....	507
Jurisprudência .....	508
18.2.12. Restituição de coisas apreendidas .....	510
18.2.12.1. Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento .....	512
18.2.12.2. Coisas restituíveis e não restituíveis. Instrumentos do crime .....	512
18.2.12.3. Apreensão na hipótese do art. 19 da LCP .....	513
18.2.12.4. Produtos diretos e indiretos do crime .....	514
18.2.12.5. Restituição feita pela autoridade policial .....	515
18.2.12.6. Restituição feita pelo juiz criminal .....	515
18.2.12.7. Direito de terceiro de boa-fé .....	516
18.2.12.8. Restituição de coisas facilmente deterioráveis...	516

18.2.12.9. Coisas adquiridas com os proventos do crime ...	517
18.2.12.10. Destino dos objetos apreendidos .....	518
18.2.12.11. Coisas apreendidas em face de descaminho ou contrabando .....	520
18.2.12.12. E quando o instrumento do crime for arma de fogo? .....	520
18.2.12.13. Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006) .....	523
18.2.13. Medidas assecuratórias .....	527
18.2.13.1. Considerações iniciais .....	527
18.2.13.1.1. O papel da vítima .....	527
18.2.13.1.2. O processo reparatório .....	527
18.2.13.2. Medidas assecuratórias .....	528
18.2.13.2.1. O sequestro previsto nos arts. 125 e 132 do CPP .....	529
18.2.13.2.2. Requisitos para o sequestro .....	530
18.2.13.2.3. Competência .....	530
18.2.13.2.4. Recurso .....	530
18.2.13.2.5. Procedimento .....	530
18.2.13.2.6. Embargos ao sequestro .....	530
18.2.13.2.7. Competência para julgar os em- bargos .....	530
18.2.13.2.8. Levantamento do sequestro .....	531
18.2.13.2.9. Leilão e depósito .....	531
18.2.13.3. Hipoteca legal .....	531
18.2.13.3.1. Classificação .....	532
18.2.13.3.2. Oportunidade .....	532
18.2.13.3.3. Pressupostos .....	533
18.2.13.3.4. Finalidades .....	533
18.2.13.3.5. Liquidação .....	533
18.2.13.4. O arresto previsto no art. 137 do CPP .....	533
18.2.13.4.1. Oportunidade .....	534
18.2.13.4.2. Pressupostos .....	534
18.2.13.5. Relação das medidas confiscatórias no pro- cesso penal e dispositivos correlatos do di- reito penal .....	535
18.2.14. Incidente de falsidade .....	536
18.2.14.1. Processamento .....	536
18.2.14.2. Efeitos .....	536
18.2.15. Incidente de insanidade mental do acusado. Procedi- mento .....	536
Jurisprudência .....	537



<b>19. Sentença</b> .....	540
19.1. Breve histórico .....	540
19.2. Natureza jurídica .....	541
19.3. Classificação das decisões .....	541
19.4. Conceito de sentença em sentido estrito .....	542
19.4.1. Classificação das sentenças em sentido estrito .....	542
19.4.2. Requisitos formais da sentença .....	543
19.4.3. Sentença suicida .....	544
19.4.4. Embargos declaratórios .....	544
19.4.4.1. Requisitos para a oposição dos embarguinhos ..	545
19.4.5. Efeitos da sentença .....	545
19.4.6. Princípio da correlação .....	546
19.4.7. <i>Emendatio libelli</i> .....	546
19.4.8. <i>Mutatio libelli</i> .....	548
19.4.8.1. <i>Mutatio libelli</i> antes das modificações opera-	
das pela Lei n. 11.719/2008 .....	548
19.4.8.2. <i>Mutatio libelli</i> após as modificações opera-	
das pela Lei n. 11.719/2008 .....	549
19.5. Sentença absolutória .....	552
19.5.1. Efeitos da sentença absolutória .....	553
19.6. Sentença condenatória .....	553
19.6.1. Efeitos da sentença condenatória .....	554
19.6.2. Publicação .....	555
19.6.3. Inalterabilidade ou retificação da sentença .....	556
19.6.4. Intimação da sentença (arts. 390 a 392 do CPP) .....	556
19.6.5. Taxa judiciária .....	558
19.6.6. Detração penal na sentença penal condenatória – Lei n.	
12.736/2012 .....	558
19.7. Crise da instância .....	560
Jurisprudência .....	560
<b>20. Dos processos em espécie</b> .....	563
20.1. Processo e procedimento .....	563
20.1.1. Definição de processo .....	563
20.1.2. Sistemas processuais .....	563
20.1.3. Características do sistema acusatório .....	563
20.1.4. Pressupostos de existência da relação processual .....	564
20.1.5. Pressupostos de validade da relação processual .....	564
20.1.6. Distinção entre processo e procedimento .....	564
20.1.7. Da reformulação dos procedimentos operada pelas Leis	
n. 11.689/2008 e 11.719/2008 .....	564
20.1.7.1. Noções introdutórias .....	564
20.1.7.2. Procedimento comum. Âmbito de incidência ....	566
20.2. Da instrução criminal. Etimologia e conceito. Procedimento or-	
dinário .....	569

20.2.1.	Início da instrução .....	569
20.2.1.1.	Defesa inicial e absolvição sumária .....	569
20.2.2.	Audiência de instrução e julgamento .....	574
20.3.	Procedimento sumário .....	580
20.3.1.	Introdução .....	580
20.3.1.1.	Procedimento judicialiforme foi revogado .....	581
20.3.1.2.	Procedimentos <i>ex officio</i> instaurados antes da Constituição Federal de 1988 .....	581
20.3.1.3.	Rito procedimental .....	581
20.4.	Da citação .....	585
20.4.1.	Conceito .....	585
20.4.2.	Quem determina a citação .....	586
20.4.3.	Falta de citação .....	586
20.4.4.	Hipóteses de conhecimento da imputação antes mesmo da citação .....	587
20.4.5.	Efeitos da citação válida .....	587
20.4.6.	Consequências do não atendimento à citação .....	587
20.4.7.	Classificação .....	588
20.4.8.	Da citação por mandado .....	589
20.4.8.1.	Requisitos intrínsecos da citação por mandado ...	589
20.4.8.2.	Requisitos extrínsecos da citação por mandado ...	589
20.4.8.3.	Dia e hora da citação .....	590
20.4.9.	Citação por carta precatória .....	590
20.4.9.1.	Requisitos intrínsecos da citação por carta pre- catória .....	591
20.4.9.2.	Caráter itinerante da carta precatória .....	591
20.4.9.3.	Interrogatório por carta precatória .....	591
20.4.10.	Citação do militar .....	592
20.4.11.	Citação do preso .....	592
20.4.12.	Citação do funcionário público .....	593
20.4.13.	Réu no estrangeiro .....	593
20.4.14.	Citação por carta de ordem .....	594
20.4.15.	Citação por edital .....	594
20.4.15.1.	Pressuposto da citação por edital .....	594
20.4.15.2.	Hipóteses legais de citação por edital .....	595
20.4.15.3.	Prazo do edital .....	597
20.4.15.4.	Requisitos da citação por edital .....	598
20.4.15.5.	Formalidades extrínsecas à citação por edital ...	598
20.4.16.	“Citação circunduta” .....	599
20.4.17.	Inovações introduzidas pela Lei n. 9.271/96 .....	599
20.4.17.1.	Entrada em vigor da Lei n. 9.271/96 .....	600
20.4.17.2.	Principais questões decorrentes da nova Lei...	600

20.5. Intimação .....	604
20.5.1. Definição .....	604
20.5.2. Distinção entre intimação e notificação .....	604
20.5.3. Regra geral .....	604
20.5.4. Publicação .....	604
20.5.5. Regras especiais .....	605
Jurisprudência .....	608
20.6. Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001) .....	613
20.6.1. Introdução .....	613
20.6.2. Âmbito de incidência: alteração do conceito de menor potencial ofensivo .....	615
20.6.3. Regras especiais .....	619
20.6.4. Procedimento sumaríssimo .....	626
20.6.4.1. Fase preliminar e transação penal .....	626
20.6.4.2. Fase processual .....	633
20.6.4.3. Suspensão condicional do processo.....	638
20.6.5. Questões finais .....	642
20.6.5.1. Suspensão condicional do processo .....	642
20.6.5.2. Representação do ofendido .....	643
20.6.5.3. Desclassificação para infração de menor potencial ofensivo .....	644
20.6.5.4. Descumprimento da pena restritiva de direitos na transação penal .....	644
20.6.5.5. Não pagamento da pena de multa na transação penal .....	645
20.6.5.6. Da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei dos Juizados Especiais Criminais ..	645
20.7. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal .....	650
20.7.1. Procedimento dos crimes falimentares .....	650
20.7.1.1. Inquérito judicial .....	650
20.7.1.2. Recebimento da denúncia. Motivação .....	651
20.7.1.3. Competência .....	651
20.7.1.4. Rito .....	651
20.7.1.5. Natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial .....	652
20.7.1.6. Cientificação do MP e prazo para a propositura da ação penal .....	652
20.7.1.7. Relatório .....	653
20.7.1.8. Ação penal .....	653
20.7.1.9. Efeitos da condenação .....	653
20.7.1.10. Prescrição .....	654



20.8.5.12. Testemunhas .....	691
20.8.5.13. Testemunhas. Pergunta direta .....	691
20.8.5.14. Acareação .....	692
20.8.5.15. Dispensa de testemunhas .....	693
20.8.5.16. Testemunhas residentes fora da comarca .....	693
20.8.5.17. Testemunha que não comparece .....	693
20.8.5.18. Depoimento pessoal .....	693
20.8.5.19. Debates .....	693
20.8.5.20. Réplica e tréplica .....	693
20.8.5.21. Apartes .....	693
20.8.5.22. Intervenção dos jurados .....	694
20.8.5.23. Reinquirição de testemunha .....	694
20.8.5.24. Dissolução do conselho .....	694
20.8.5.25. Esclarecimento do juiz aos jurados na hora de votar .....	694
20.8.5.26. Leitura dos quesitos .....	694
20.8.5.27. Sala secreta .....	695
20.8.5.28. Contradição nas respostas .....	696
20.8.5.29. Desclassificação pelo Júri .....	696
20.8.5.30. Desclassificação e crimes conexos .....	696
20.8.5.31. Algemas no réu durante o julgamento .....	697
20.8.5.32. Formulação de questões na antiga sistemática do Código de Processo Penal .....	697
20.9. Procedimento criminal dos crimes de drogas .....	698
20.9.1. Lei n. 11.343/2006 .....	698
20.9.2. Procedimento esquemático .....	699
20.9.2.1. Na polícia .....	699
20.9.2.2. Em juízo .....	700
20.10. Da informatização do processo judicial (Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006) .....	703
Jurisprudência .....	705
<b>21. Nulidades</b> .....	711
21.1. Quadro comparativo dos vícios processuais .....	714
21.2. Princípios básicos das nulidades .....	719
21.2.1. Princípio do prejuízo .....	719
21.2.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da econo- mia processual .....	719
21.2.3. Princípio da causalidade ou da sequencialidade .....	720
21.2.4. Princípio do interesse .....	720
21.2.5. Princípio da convalidação .....	720
21.2.6. Princípio da não preclusão e do pronunciamento <i>ex officio</i> .....	721

171	21.3. Nulidades em espécie .....	722
172	21.4. Momento oportuno para a arguição das nulidades relativas .....	754
	Jurisprudência .....	756
<b>22.</b>	<b>Recursos .....</b>	<b>759</b>
	22.1. Conceito. Origem .....	759
	22.2. Fundamentos .....	760
	22.3. Pressupostos processuais .....	761
	22.3.1. Pressupostos objetivos .....	761
	22.3.2. Pressupostos subjetivos .....	771
	22.4. Interposição .....	774
	22.5. Efeitos .....	777
	22.6. Extinção .....	779
	22.7. Apelação .....	779
	22.7.1. Origem etimológica .....	779
	22.7.2. Conceito .....	779
	22.7.3. Características .....	780
	22.7.4. Apelação plena e limitada .....	780
	22.7.5. Legitimidade e interesse .....	783
	22.7.6. Apelação subsidiária do apelo oficial .....	784
	22.7.7. Prazo da apelação do assistente da acusação .....	785
	22.7.8. Renúncia e desistência .....	786
	22.7.9. Cabimento da apelação nas sentenças do juiz singular .....	786
	22.7.10. Apelação das decisões do Júri .....	788
	22.7.11. Prazo .....	790
	22.7.12. Processamento .....	792
	22.7.13. Liberdade provisória .....	794
	22.7.14. Apelação sumária .....	794
	22.7.15. Apelação ordinária .....	795
	22.7.16. Deserção .....	795
	22.7.17. Efeitos .....	795
	22.7.18. <i>Reformatio in pejus</i> .....	795
	22.7.19. <i>Reformatio in pejus</i> indireta .....	796
	22.7.20. <i>Reformatio in mellius</i> .....	797
	Jurisprudência .....	797
	22.8. Recurso em sentido estrito .....	799
	22.8.1. Conceito .....	799
	22.8.2. Cabimento .....	800
	22.8.3. Competência para o julgamento .....	813
	22.8.4. Prazos .....	813
	22.8.5. Processamento .....	813
	22.8.6. Efeitos .....	814
	Jurisprudência .....	815

22.9. Protesto por novo Júri .....	817
22.9.1. Conceito .....	817
22.9.2. Abolição do protesto por novo júri pela Lei n. 11.689/ 2008 e a questão da aplicação da lei penal no tempo .....	818
22.9.3. Origem histórica .....	820
22.9.4. Fundamento e crítica .....	820
22.9.5. Características .....	820
22.9.6. Finalidade .....	820
22.9.7. Pressupostos .....	820
Jurisprudência .....	823
22.10. Carta testemunhável .....	824
22.10.1. Conceito .....	824
22.10.2. Origem histórica .....	824
22.10.3. Natureza jurídica .....	824
22.10.4. Procedimento .....	825
Jurisprudência .....	826
22.11. Correição parcial .....	827
22.11.1. Conceito .....	827
22.11.2. Natureza jurídica .....	827
22.11.3. Previsão legal .....	827
22.11.4. Legitimidade ativa .....	828
22.11.5. Objeto do recurso .....	828
22.11.6. Processamento .....	828
22.12. Embargos infringentes .....	829
22.12.1. Conceito .....	829
22.12.2. Prazo .....	829
22.12.3. Cabimento .....	829
22.12.4. Procedimento .....	830
Jurisprudência .....	831
22.13. Embargos declaratórios .....	832
22.13.1. Conceito .....	832
22.13.2. Natureza jurídica .....	833
22.13.3. Prazo .....	833
22.13.4. Pressupostos .....	833
22.13.5. Legitimidade .....	834
22.13.6. Embarguinhos .....	834
22.13.7. Efeito suspensivo .....	834
Jurisprudência .....	835
22.14. Revisão criminal .....	835
22.14.1. Conceito .....	835
22.14.2. Origem histórica .....	836
22.14.3. Natureza jurídica .....	836

22.14.4. Legitimidade .....	837
22.14.5. Prazo .....	838
22.14.6. Cabimento .....	838
22.14.7. Admissibilidade .....	839
22.14.8. Competência .....	840
22.14.9. Processamento .....	840
Jurisprudência .....	842
22.15. <i>Habeas corpus</i> .....	843
22.15.1. Origem histórica do <i>habeas corpus</i> no mundo .....	843
22.15.2. Origem do <i>habeas corpus</i> no Brasil .....	844
22.15.3. Conceito .....	846
22.15.4. Natureza jurídica .....	846
22.15.5. Espécies .....	846
22.15.6. Legitimidade ativa .....	846
22.15.7. Legitimidade passiva .....	847
22.15.8. Admissibilidade .....	847
22.15.9. Competência .....	850
22.15.10. Impetração .....	853
22.15.11. Processamento .....	853
22.15.12. Julgamento e efeitos .....	854
22.15.13. Recursos .....	854
Jurisprudência .....	855
22.16. Mandado de segurança em matéria criminal .....	858
22.16.1. Conceito .....	858
22.16.2. Admissibilidade .....	858
22.16.3. Legitimidade ativa .....	859
22.16.4. Legitimidade passiva .....	860
22.16.5. Competência .....	861
22.16.6. Procedimento .....	861
Jurisprudência .....	866
22.17. Recurso extraordinário .....	868
22.17.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade .....	868
22.17.2. Condições de admissibilidade .....	869
22.17.2.1. Repercussão geral das questões constitucionais – EC n. 45/2004 .....	873
22.17.3. Legitimidade .....	876
22.17.4. Interposição e processamento .....	876
22.17.4.1. Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial .....	878
22.17.4.2. Efeito suspensivo .....	879
22.17.5. Súmula vinculante .....	882
22.17.5.1. Jurisprudência e Súmula, Distinção .....	882



22.17.5.2. Súmula vinculante. Previsão legal .....	883
22.17.5.3. Competência para aprovar a súmula vinculante .....	883
22.17.5.4. Requisitos para aprovar, rever ou cancelar súmula vinculante .....	883
22.17.5.5. Publicação .....	884
22.17.5.6. Restrição dos efeitos da súmula vinculante .....	884
22.17.5.7. Legitimados para provocar a aprovação, re- visão e cancelamento da súmula vinculante .....	884
22.17.5.8. Procedimento .....	884
22.17.5.9. Reclamação .....	885
22.17.5.10. Súmulas anteriores à EC n. 45/2004 .....	885
22.17.5.11. Súmulas vinculantes editadas em matéria criminal .....	885
Jurisprudência .....	886
22.18. Recurso especial .....	889
22.18.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica .....	889
22.18.2. Condições de admissibilidade .....	890
22.18.3. Efeito suspensivo .....	893
22.18.4. Interposição e processamento .....	893
Jurisprudência .....	894
22.19. Recurso ordinário constitucional .....	895
22.19.1. No Supremo Tribunal Federal .....	895
22.19.2. No Superior Tribunal de Justiça .....	896
22.19.3. Procedimento .....	896
<i>Súmulas do Superior Tribunal de Justiça</i> .....	897
<i>Súmulas do Supremo Tribunal Federal</i> .....	903
<i>Súmulas vinculantes</i> .....	911